

**ADVOCACIA
COMPROMETIDA**
COM SOLUÇÕES
ADUANEIRAS
E TRIBUTÁRIAS



DIEGO JOAQUIM
& A D V O G A D O S

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 868, de 24/03/2026.</u>	Altera o Anexo VI da Resolução Gecex nº 272/2021, que alterou a Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM e a Tarifa Externa Comum – TEC para adaptação às modificações do Sistema Harmonizado (SH-2022)
<u>Portaria SECEX nº 480, de 24/03/2026.</u>	Altera a Portaria Secex nº 87/2021, que dispõe sobre procedimento especial de verificação de origem não preferencial
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 870, de 26/03/2026.</u>	Altera os Anexos das Resoluções Gecex nºs: 780/2025 e 781/2025, que consolidam os atos normativos que reduzem temporariamente para zero por cento as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital e Bens de Informática e Telecomunicações que mencionam, na condição de Ex-tarifários
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 871 e 872 de 31/03/2026.</u>	Altera o Anexo Único da Resolução Gecex nº 780/2025 que consolida os atos normativos que reduzem temporariamente para zero por cento as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital que menciona, na condição de Ex tarifários.
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 873, de 31/03/2026.</u>	Altera o Anexo Único da Resolução Gecex nº 311/2022, que reduz as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre os produtos automotivos sem produção nacional equivalente que menciona, no âmbito do ACE nº 14.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<p><u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 868, de 24/03/2026.</u></p>	<p>Altera o Anexo IV da Resolução Gecex nº 272/2021 que altera a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM e a Tarifa Externa Comum - TEC para adaptação às modificações do Sistema Harmonizado (SH-2022).</p>
<p><u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 881, de 31/03/2026.</u></p>	<p>Altera os Anexos V e IX da Resolução Gecex nº 272/2021, que alterou a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM e a Tarifa Externa Comum- TEC para adaptação às modificações do Sistema Harmonizado (SH-2022).</p>
<p><u>Retificação – Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 852, de 04/02/2026.</u></p>	<p>Retifica o ato supracitado que altera o Anexo VI da Resolução Gecex nº 272/2021, que alterou a Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM e a Tarifa Externa Comum – TEC para adaptação às modificações do Sistema Harmonizado (SH-2022).</p>
<p><u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 882, de 01/04/2026.</u></p>	<p>Altera o Anexo Único da Resolução GECEX nº 311/2022 para revogação de Ex tarifários para produtos automotivos grafados na Nomenclatura Comum do Mercosul como Bens de Capital (BK).</p>
<p><u>Republicação – Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 872, de 31/03/2026.</u></p>	<p>Por ter saído com ausência de informação em seu Anexo II, republica o ato supracitado que altera o Anexo Único da Resolução GECEX nº 781/2025, que consolida os atos normativos que reduzem temporariamente para zero por cento as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicações que menciona, na condição de Ex-tarifários.</p>

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Retificação – Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 868, de 24/03/2026.</u>	Retifica o ato supracitado que altera o Anexo VI da Resolução Gecex nº 272/2021 , que alterou a Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM e a Tarifa Externa Comum – TEC para adaptação às modificações do Sistema Harmonizado (SH-2022).
<u>Retificação – Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 870, de 26/03/2026.</u>	Retifica o ato supracitado que altera os Anexos das Resoluções Gecex nºs: 780/2025 e 781/2025 , que consolidam os atos normativos que reduzem temporariamente para zero por cento as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital e Bens de Informática e Telecomunicações que mencionam, na condição de Ex-tarifários.
<u>Retificação – Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 874, de 31/03/2026.</u>	Retifica o ato supracitado que altera o Anexo IV da Resolução Gecex nº 272/2021 , que altera a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM e a Tarifa Externa Comum - TEC para adaptação às modificações do Sistema Harmonizado (SH- 2022).
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 884, de 30/04/2026.</u>	Altera o Anexo IV da Resolução GECEX nº 272/2021 que altera a Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM e a Tarifa Externa Comum – TEC para adaptação às modificações do Sistema Harmonizado (SH-2022).
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 885, de 30/04/2026.</u>	Altera o Anexo IX da Resolução GECEX nº 272/2021 que altera a Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM e a Tarifa Externa Comum – TEC para adaptação às modificações do Sistema Harmonizado (SH-2022).

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Resolução GECEx/CAMEX/PR nº 886, de 07/05/2026.</u>	Altera os Anexos IV e V da Resolução GECEx nº 272/2021 , para fins de inclusão de produto no mecanismo de desabastecimento do Mercosul, com sua consequente exclusão da Lista de Exceção à Tarifa Externa Comum.
<u>Resolução GECEx/CAMEX/PR nº 889, de 07/05/2026.</u>	Dispõe sobre a apreciação do pedido de reconsideração em face da Resolução GECEx nº 790/2025
<u>Resolução GECEx/CAMEX/PR nº 894, de 07/05/2026.</u>	Altera o Anexo Único da Resolução GECEx nº 780/2025 , para incluir, renovar e alterar Ex-tarifários de Bens de Capital.
<u>Resolução GECEx/CAMEX/PR nº 895, de 07/05/2026.</u>	Altera o Anexo Único da Resolução GECEx nº 781/2025 , para incluir e renovar Ex-tarifários de Bens de Informática e Telecomunicações.
<u>Resolução GECEx/CAMEX/PR nº 896, de 07/05/2026.</u>	Altera o Anexo Único da Resolução GECEx nº 311/2022 , para incluir e alterar Ex-tarifários de produtos automotivos grafados na Nomenclatura Comum do Mercosul como Bens de Capital

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Resolução GECEx/CAMEX/PR nº 897, de 07/05/2026.</u>	Revoga Ex-tarifários para bens grafados na Nomenclatura Comum do Mercosul como Bens de Capital (BK) e Bens de Informática e Telecomunicações (BIT).
<u>Resolução GECEx/CAMEX/PR nº 887, de 07/05/2026.</u>	Altera o Anexo Único da Resolução GECEx nº 780/2025, e o Anexo Único da Resolução GECEx nº 781/2025, para o fim de concessão de Ex-tarifários de Bens de Capital e de Bens de Informática e Telecomunicações em caráter provisório
<u>Portaria SECEX/MDIC nº 497, de 13/05/2026.</u>	Estabelece critérios para alocação de cotas para importação determinadas pela Resolução GECEx nº 884/2026
<u>Resolução GECEx/CAMEX/PR nº 893, de 15/05/2026.</u>	Altera o Anexo V da Resolução GECEx nº 272/2021 , para fins de inclusão de produtos na Lista de Exceção à Tarifa Externa Comum do Mercosul
<u>Portaria SECEX/MDIC nº 498, de 15/05/2026.</u>	Estabelece critérios para alocação de cota para importação determinada pela Resolução GECEx nº 886/2026, e altera a Portaria Secex nº 461/2025, em razão da publicação da Resolução GECEx nº 886/2026.

MEDIDAS DE DEFESA COMERCIAL



LEGISLAÇÃO	RESUMO
<p><u>Circular SECEX/MDIC nº 19, de 19/03/2026.</u></p>	<p>Torna público que se concluiu por uma determinação preliminar positiva de dumping e de dano à indústria doméstica dele decorrente, sem recomendação de aplicação de direito provisório, nas exportações para o Brasil de resina PET, com viscosidade que especifica, comumente classificadas no subitem 3907.61.00 da NCM, originárias da Malásia e do Vietnã.</p>
<p><u>Circular SECEX/MDIC nº 20, de 19/03/2026.</u></p>	<p>Inicia revisão da medida antidumping prorrogada pela Resolução GECEX nº 176/2021, e Resolução GECEX nº 198/2021, aplicada às importações brasileiras de pneus de construção radial, de aros 20", 22" e 22,5", para uso em ônibus ou caminhões (pneus de carga), comumente classificadas no subitem 4011.20.90 da NCM, originárias da República Popular da China, República da Coreia, Japão e Reino da Tailândia</p>
<p><u>Retificação – Circular SECEX/MDIC nº 20, de 19/03/2026.</u></p>	<p>Retifica o ato supracitado que inicia revisão da medida antidumping prorrogada pela Resolução GECEX nº 176/2021, e Resolução GECEX nº 198/2021, aplicada às importações brasileiras de pneus de construção radial, de aros 20", 22" e 22,5", para uso em ônibus ou caminhões (pneus de carga), comumente classificadas no subitem 4011.20.90 da NCM, originárias da República Popular da China, República da Coreia, Japão e Reino da Tailândia.</p>

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<p><u>Circular SECEX/MDIC nº 21, de 26/03/2026.</u></p>	<p>Inicia, com base nas petições recebidas, avaliação de interesse público em relação à medida antidumping aplicada sobre as importações brasileiras de pigmentos de dióxido de titânio, do tipo rutilo, comumente classificados no item 3206.11.10 da NCM, originárias da República Popular da China (China), nos termos do art. 12 da Portaria SECEX nº 282/2023</p>
<p><u>Circular SECEX/MDIC nº 22, de 26/03/2026.</u></p>	<p>Torna público que se concluiu por uma determinação preliminar positiva de dumping e de dano à indústria doméstica dele decorrente, sem recomendação de aplicação de direito provisório, nas exportações para o Brasil de papel base não revestido, não impresso, não impregnado, apresentado em rolos de largura igual ou superior a 125 cm (papel decorativo), comumente classificadas no subitem 4805.91.00 da NCM, originárias da China.</p>
<p><u>Circular SECEX/MDIC nº 23, de 26/03/2026.</u></p>	<p>Comunica aos interessados a abertura da Tomada de Subsídios, com o objetivo de coletar subsídios para elaboração de Portaria da Secretaria de Comércio Exterior sobre medidas de salvaguardas bilaterais previstas em acordos de livre comércio, ou em acordos que contemplem preferências tarifárias. Modalidade: Tomada de subsídios. Período para envio: 30/3/2026 a 28/4/2026.</p>

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Circular SECEX/MDIC nº 24, de 30/03/2026.</u>	Inicia revisão da medida antidumping prorrogada pela Resolução GECEX nº 185/2021 aplicado às importações brasileiras de ácido adípico, usualmente classificado no item 2917.12.10 da NCM , originárias da Alemanha, da China, dos Estados Unidos da América (EUA), da França e da Itália
<u>Circular SECEX/MDIC nº 25, de 31/03/2026.</u>	Abre consulta pública para posicionamento das partes interessadas quanto a negociações de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a República da Coreia.
<u>Circular SECEX/MDIC nº 26, de 31/03/2026.</u>	Abre consulta pública para posicionamento das partes interessadas quanto a negociações de um acordo de preferências comerciais entre o Mercosul e o Vietnã
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 875, de 01/04/2026.</u>	Aplica direito antidumping definitivo , por um prazo de até cinco anos, às importações brasileiras de etanolaminas, originárias da China.
<u>Portaria SECEX/MDIC nº 481 e 482, de 07/04/2026.</u>	Estabelece critérios para alocação de cotas para importação determinadas pela Resolução GECEX nº 874/2026 e Resolução GECEX nº 881/2026

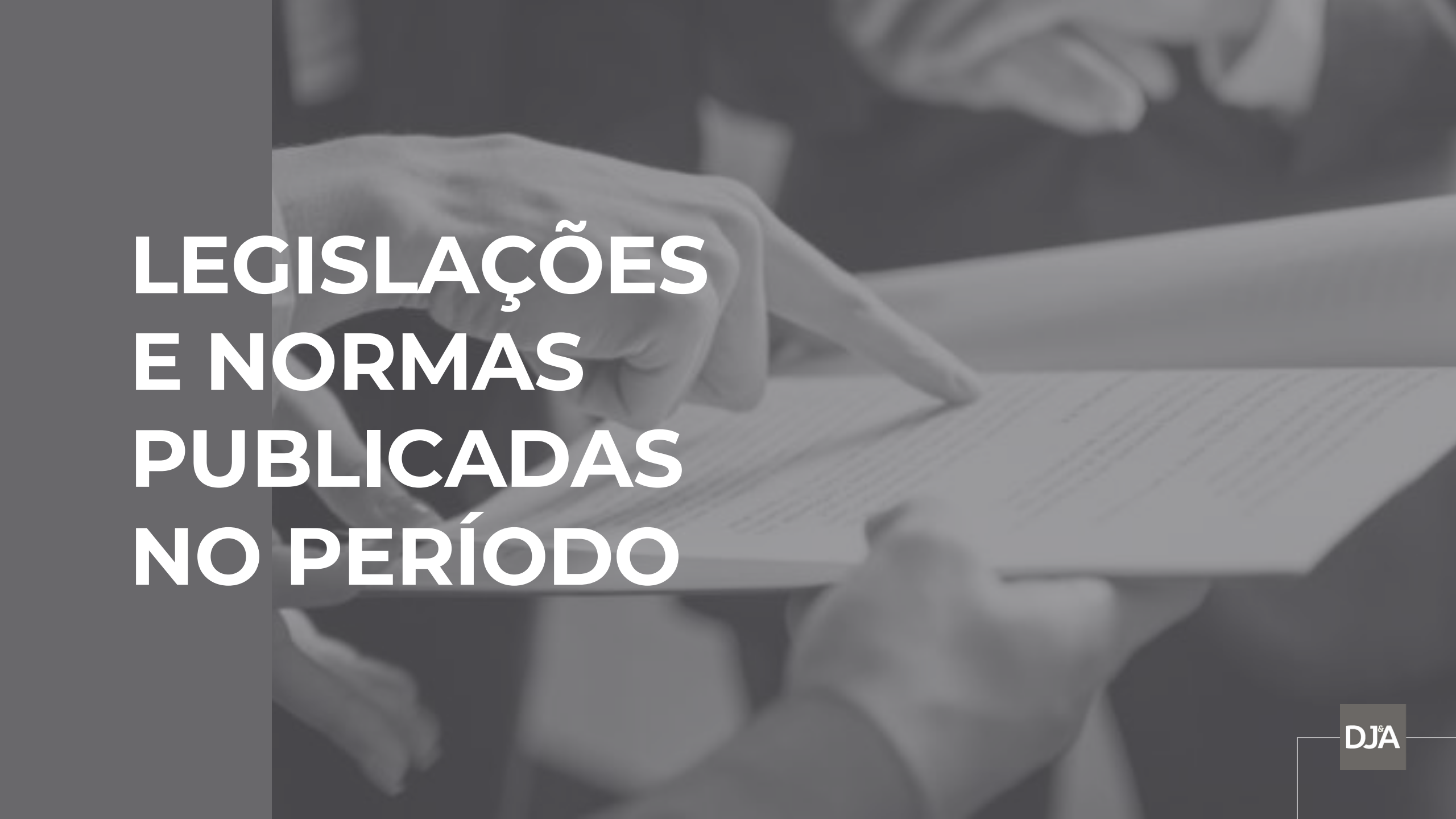
LEGISLAÇÃO	RESUMO
<p><u>Circular SECEX/MDIC nº 27, de 08/04/2026.</u></p>	<p>Torna público que se concluiu por uma determinação preliminar positiva de dumping e de dano à indústria doméstica dele decorrente, sem recomendação de aplicação de direito provisório, nas exportações para o Brasil de ácido acrílico, comumente classificadas no subitem 2916.11.10 da NCM, originárias da China</p>
<p><u>Circular SECEX/MDIC nº 28, de 13/04/2026.</u></p>	<p>Inicia investigação para averiguar a existência de dumping nas exportações da China para o Brasil de proteínas de soja, classificadas nos subitens 2106.10.00, 3504.00.20 e 3504.00.90 da NCM, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática</p>
<p><u>Circular SECEX/MDIC nº 29, de 13/04/2026.</u></p>	<p>Torna público que conforme previsto no art. 111 do Decreto nº 8.058/2013, bem como no art. 108 do Decreto nº 10.839/2021, as partes que desejarem iniciar uma revisão deverão protocolar petição de revisão de final de período no mínimo, quatro meses antes da data do término do período de vigência do direito antidumping ou da medida compensatória. A petição deverá conter as informações previstas na Portaria SECEX nº 171/2022, ou na Portaria Secex nº 172/2022</p>
<p><u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 876, de 13/04/2026.</u></p>	<p>Aplica direito antidumping definitivo, por um prazo de até cinco anos, às importações brasileiras de resinas de polietileno, originárias do Canadá e dos Estados Unidos da América e altera, em razão de interesse público, os montantes aplicáveis</p>

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<p><u>Circular SECEX/MDIC nº 31, de 24/04/2026.</u></p>	<p>Torna pública proposta de modificação da Tarifa Externa Comum e da Nomenclatura Comum do MERCOSUL, com o objetivo de colher subsídios para definição de posicionamento no âmbito do Comitê Técnico nº 1, de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias do MERCOSUL. As manifestações deverão ser dirigidas ao Departamento de Negociações Internacionais da Secex por meio do endereço eletrônico deintcgnr@mdic.gov.br.</p>
<p><u>Portaria SECEX/MDIC nº 489, de 28/04/2026.</u></p>	<p>Estabelece critérios para alocação de cotas para importação determinadas pela Resolução GECEX nº 874/2026</p>
<p><u>Circular SECEX/MDIC nº 32, de 28/04/2026.</u></p>	<p>Inicia revisão da medida antidumping prorrogada pela Resolução CAMEX nº 193/2021, aplicada às importações brasileiras de tubos de plástico para coleta de sangue a vácuo, comumente classificadas nos subitens 3822.19.90, 3926.90.40 e 9018.39.99 da NCM, originárias da China, Estados Unidos da América (EUA) e do Reino Unido</p>
<p><u>Circular SECEX/MDIC nº 33, de 29/04/2026.</u></p>	<p>Torna público que se concluiu por uma determinação preliminar positiva de dumping e de dano à indústria doméstica dele decorrente, sem recomendação de aplicação de direito provisório, nas exportações para o Brasil de produtos planos de aços inoxidáveis laminados a quente, comumente classificadas nos subitens 7219.11.00, 7219.12.00, 7219.13.00, 7219.14.00, 7219.21.00, 7219.22.00, 7219.23.00, 7219.24.00, 7220.11.00, 7220.12.20 e 7220.12.90 da NCM, originárias da China.</p>

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<p><u>Circular SECEX/MDIC nº 34, de 29/04/2026.</u></p>	<p>Inicia investigação para averiguar a existência de dumping nas exportações da China para o Brasil de compressores recíprocos para refrigeração, classificados no subitem 8414.30.11 da NCM, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.</p>
<p><u>Portaria SECEX/MDIC nº 490, de 29/04/2026.</u></p>	<p>Altera a Portaria Secex nº 249/2023, para tratar da transferência de cotas de importação entre empresas distintas, aperfeiçoar o tratamento administrativo aplicável à importação de partes e peças usadas de uso aeronáutico nas operações processadas por meio da Declaração Única de Importação (Duimp), dispor sobre certificação de origem preferencial e autocertificação de origem em acordos comerciais, e alterar a lista de bens de capital e suas partes, peças e acessórios usados; e a Portaria Secex nº 72/2020, para tratar da transferência de cotas de exportação entre empresas distintas.</p>
<p><u>Portaria SECEX/MDIC nº 491, de 29/04/2026.</u></p>	<p>Estabelece critérios para alocação, de 01/05 a 31/12/2026, de cotas para importação determinadas pelo Acordo Provisório de Comércio entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e seus Estados Partes, de um lado, e a União Europeia (UE), de outro, assinado em Assunção, Paraguai, em 17/01/2026</p>
<p><u>Portaria SECEX/MDIC nº 492, de 30/04/2026.</u></p>	<p>Altera a Portaria Secex nº 72/2020, para estabelecer critérios para alocação de cotas para exportação determinadas pelo Acordo Provisório de Comércio entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e seus Estados Partes, de um lado, e a União Europeia (UE), de outro, assinado em Assunção, Paraguai, em 17/01/2026.</p>

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Portaria SECEX/MDIC nº 494, de 04/05/2026.</u>	Altera a Portaria Secex nº 491/2026, que estabelece critérios para alocação, de 01/05 a 31/12/2026, de cotas para importação determinadas pelo Acordo Provisório de Comércio entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e seus Estados Partes, de um lado, e a União Europeia (UE), de outro, assinado em Assunção, Paraguai, em 17/01/2026.
<u>Portaria SECEX/MDIC nº 495, de 05/05/2026.</u>	Altera a Portaria Secex nº 492/2026, que altera a Portaria Secex nº 72/2020, para estabelecer critérios para alocação de cotas para exportação determinadas pelo Acordo Provisório de Comércio entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e seus Estados Partes, de um lado, e a União Europeia (UE), de outro, assinado em Assunção, Paraguai, em 17/01/2026.
<u>Circular SECEX/MDIC nº 36, de 05/05/2026.</u>	Inicia revisão da medida antidumping prorrogada pela Resolução CAMEX nº 199/2021, aplicado às importações brasileiras de chapas pré-sensibilizadas de alumínio para impressão offset, comumente classificadas nos subitens 3701.30.21 e 3701.30.31 da NCM, originárias da China, de Taipé Chinês, dos Estados Unidos da América, da União Europeia e do Reino Unido
<u>Republicação – Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 857, de 20/02/2026.</u>	Por ter saído com ausência de informações no seu original, republica o ato supracitado que altera, em razão de interesse público, o direito antidumping definitivo aplicado às importações brasileiras de aço GNO, originárias da Alemanha, da China, da Coreia do Sul e de Taipé Chinês

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<p><u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 892, de 07/05/2026.</u></p>	<p>Altera o direito antidumping definitivo aplicado às importações brasileiras de magnésio metálico em formas brutas, originárias da China</p>
<p><u>Circular SECEX/MDIC nº 37, de 07/05/2026.</u></p>	<p>Inicia revisão anticircunvenção para averiguar práticas comerciais que visem a frustrar a eficácia de medida antidumping prorrogada pela Resolução CAMEX nº 451/2023, aplicada às importações brasileiras de batatas congeladas, comumente classificadas no subitem 2004.10.00 da NCM, originárias da Alemanha, Bélgica, França e Países Baixos.</p>



LEGISLAÇÕES E NORMAS PUBLICADAS NO PERÍODO

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Portaria GM/MD nº 1.456, de 12/03/2026.</u>	Dispõe, no âmbito de relacionamento intergovernamental, sobre a atuação do Ministério da Defesa em operações comerciais de exportação e de prestação de serviço de interveniência técnica , relativas a produtos de defesa produzidos no Brasil, conduzidas por empresas estatais vinculadas.
<u>Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 167, de 09/03/2026.</u>	Estabelece o Processo Produtivo Básico para os produtos derivados de petróleo: "gás liquefeito de petróleo (GLP), nafta, gasolina, querosene, óleo diesel, óleo combustível e cimento asfáltico de petróleo (CAP)", industrializados na Zona Franca de Manaus.
<u>Instrução Normativa RFB/MF nº 2.314, de 18/03/2026.</u>	Altera a Instrução Normativa RFB nº 2.055/2021, que dispõe sobre restituição, compensação, ressarcimento e reembolso no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.
<u>Lei Complementar nº 228, de 19/03/2026.</u>	Dispõe sobre a redução de alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a indústria química e petroquímica , e altera as Leis nºs: 11.196/2005, e 10.865/2004.
<u>Portaria SDA/MAPA nº 1.577, de 18/03/2026.</u>	Altera a lista de pragas quarentenárias presentes , constante do anexo da Instrução Normativa SDA nº 38/2018.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Portaria GM/MDIC nº 68, de 17/03/2026.</u>	Estabelece normas complementares à Lei nº 14.902/2024, relativas ao regime de incentivos à realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento e de produção tecnológica do Programa Mobilidade Verde e Inovação – MOVER , e dá outras providências
<u>Medida Provisória nº 1.343, de 19/03/2026.</u>	Altera a Lei nº 13.703/2018, para criar a obrigatoriedade de cadastramento da operação de transporte e a geração do Código Identificador da Operação de Transporte – CIOT , e para dispor sobre medidas administrativas para o cumprimento da Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas
<u>Decreto nº 12.883, de 19/03/2026.</u>	Altera o Decreto nº 12.878/2026, para especificar regras sobre o preço de comercialização e para definir diretrizes sobre parâmetros de mercado a serem aplicados na metodologia do preço de referência do óleo diesel de uso rodoviário
<u>Lei nº 15.357, de 20/03/2026.</u>	Altera a Lei nº 5.991/1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos , e dá outras Providências, para dispor sobre a comercialização de medicamentos em farmácia ou drogaria instalada na área de venda de supermercados

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Portaria Normativa MME nº 127, de 19/03/2026.</u>	Fixa o preço de comercialização – PC para o período de apuração da subvenção econômica ao óleo diesel rodoviário compreendido de 12/03/2026 a 31/03/2026 , nos termos do art. 3º, § 1º, do Decreto nº 12.878/2026
<u>Republicação – Portaria DGMM/MB nº 4, de 11/03/2026.</u>	Por ter saído com incorreção no original republica o ato supracitado que aprova a Norma de procedimentos para aquisição , registro e porte de armas de fogo na Marinha do Brasil.
<u>Portaria COANA/RFB/MF nº 185, de 19/03/2026.</u>	Dispõe sobre o credenciamento e autorização de pessoas para ingresso em recintos alfandegados e a exigência de curso básico de conhecimentos aduaneiros.
<u>Lei nº 15.359, de 24/03/2026.</u>	Estabelece o sistema brasileiro de apoio oficial ao crédito à exportação e altera a Lei nº 12.712/2012 , a Lei nº 9.818/1999 , e a Lei nº 10.184/2001 .
<u>Medida Provisória nº 1.345, de 24/03/2026.</u>	Altera a Lei nº 9.818/1999, e a Lei nº 12.712/2012, para fortalecer e modernizar o sistema brasileiro de apoio oficial ao crédito à exportação

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Resolução ANTT nº 6.077, de 24/03/2026.</u>	Altera a Resolução ANTT nº 5.867/2020, que estabelece regras gerais, metodologia e coeficientes de pisos mínimos, referentes ao quilômetro rodado na realização do serviço de transporte rodoviário remunerado de cargas, por eixo carregado , instituído pela Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas - PNPM-TRC
<u>Resolução ANTT nº 6.078, de 24/03/2026.</u>	Altera a Resolução ANTT nº 5.862/2019, que regulamenta o cadastro da Operação de Transporte necessário para a geração do Código Identificador da Operação de Transporte- CIOT para o Transportador Autônomo de Cargas e seus equiparados
<u>Decreto Legislativo nº 14, de 2026.</u>	Aprova o texto do Acordo Provisório de Comércio entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e seus Estados-Partes, de um lado, e a União Europeia (UE) , de outro, assinado em Assunção, Paraguai, em 17/01/2026.
<u>Portaria SDA/MAPA nº 1.580, de 25/03/2026.</u>	Submete à Consulta Pública a proposta de Portaria que dispõe sobre o controle fitossanitário em trânsito de máquina, equipamento e implemento usados na agricultura , no território nacional.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Instrução Normativa RFB/MF nº 2.316, de 25/03/2026.</u>	Dispõe sobre o Programa de Estímulo à Conformidade Tributária (Sintonia) , de que trata a Lei Complementar nº 225/2026 , e revoga a Portaria RFB nº 511/2025
<u>Instrução Normativa RFB/MF nº 2.317, de 25/03/2026.</u>	Altera a IN RFB nº 2.295/2025, que dispõe sobre o Programa de Conformidade Cooperativa Fiscal da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – Confia.
<u>Instrução Normativa RFB/MF nº 2.318, de 26/03/2026.</u>	Dispõe sobre o Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado.
<u>Portaria Normativa MME nº 128, de 30/03/2026.</u>	Altera o art. 2º da Portaria Normativa MME nº 127/2026, para atualizar o preço de comercialização - PC para o período de apuração da subvenção econômica ao óleo diesel rodoviário compreendido de 12/03/2026 a 31/03/2026 , nos termos do art. 3º, § 1º, do Decreto nº 12.878/2026
<u>Despacho CONFAZ/MF nº 15, de 01/04/2026.</u>	Publica o Ajuste SINIEF nº 3, de 27/03/2026, que dispõe sobre a obrigatoriedade de informação do Código Identificador da Operação de Transporte – CIOT no Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais - MDF-e.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 878, de 01/04/2026.</u>	Dispõe sobre a apreciação do pedido de reconsideração apresentado pelas empresas que menciona, em face da Resolução GECEX nº 754/2025
<u>Portaria RFB/MF nº 667, de 24/03/2026.</u>	Altera a Portaria RFB nº 167/2022, que autoriza o Serviço Federal de Processamento de Dados a disponibilizar acesso, para terceiros , dos dados e informações que especifica
<u>Portaria SDA/MAPA nº 1.578, de 02/04/2026.</u>	Regulamenta a certificação fitossanitária de origem, disciplina o trânsito de artigos regulamentados em território nacional e estabelece as opções de manejo de risco de pragas para a certificação de exportação de produtos vegetais e demais artigos regulamentados.
<u>Portaria COANA/SUANA/RFB/MF nº 187, de 02/04/2026.</u>	Regulamenta dispositivos da IN RFB nº 2.318/2026, que dispõe sobre o Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado.
<u>Portaria SRRF/6ªRF nº 375, de 06/04/2026.</u>	Dispõe sobre a destinação por incorporação e doação de mercadorias apreendidas , no âmbito da 6ªRF

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Medida Provisória nº 1.349, de 07/04/2026.</u>	Institui o Regime Emergencial de Abastecimento Interno de Combustíveis e altera a Medida Provisória nº 1.340/2026 , a Lei nº 9.847/1999, e a Lei nº 12.462/2011.
<u>Decreto nº 12.923, de 07/04/2026.</u>	Altera o Decreto nº 10.527/2020, para reduzir as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins incidentes sobre a importação e a comercialização de biodiesel
<u>Portaria SDA/MAPA nº 1.570, de 08/04/2026.</u>	Altera a IN SDA/MAPA nº 9/2019, que estabelece a amplitude, os requisitos, os critérios e os prazos para fins de registro no Cadastro Geral de Classificação do Ministério da Agricultura e Pecuária , e a IN SDA/MAPA nº 97/2020 , que torna pública a relação de estabelecimentos que devem se registrar no Cadastro Geral de Classificadores do Ministério da Agricultura e Pecuária.
<u>Portaria SDA/MAPA nº 1.585, de 08/04/2026.</u>	Prorroga, por mais 30 dias, o prazo da Portaria SDA/MAPA nº 1.562/2026, que submete à Consulta Pública a proposta de portaria que estabelece os procedimentos de autorização de importação, de reinspeção, do Programa de Avaliação de Conformidade de Produtos de Origem Animal Importados , de controles especiais aplicáveis às importações de produtos de origem animal comestíveis, de destino dos produtos após internalização e de cadastro de importadores

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Portaria Conjunta COANA/COMAC/RFB/MF nº 186, de 01/04/2026.</u>	Dispõe sobre procedimentos para o fluxo coordenado e cooperativo de certificação no Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado - OEA e no Programa de Conformidade Cooperativa Fiscal da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - Confia
<u>Decreto nº 12.924, de 08/04/2026.</u>	Altera o Decreto nº 5.059/2004, para reduzir as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins incidentes sobre a importação e a comercialização de querosene de aviação
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 883, de 13/04/2026.</u>	Altera a Lista de Autopeças Não Produzidas constante da Resolução Gecex nº 284/2021
<u>Portaria RFB/MF nº 673, de 09/04/2026.</u>	Aprova a versão 2.0 do Manual de Identidade Visual do Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado - Programa OEA.
<u>Instrução Normativa RFB/MF nº 2.323, de 10/04/2026.</u>	Dispõe sobre o tratamento aduaneiro aplicável aos bens procedentes do exterior destinados à realização da Copa do Mundo Feminina da FIFA de 2027

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Decreto Legislativo nº 18, de 2026.</u>	Aprova o texto do Acordo do Mercosul sobre Direito Aplicável em Matéria de Contratos Internacionais de Consumo aprovado pela Decisão do Conselho do Mercado Comum (CMC) nº 36/17 , assinado em Brasília, em 21/12/2017.
<u>Decreto nº 12.930, de 15/04/2026.</u>	Regulamenta o Regime Emergencial de Abastecimento Interno de Combustíveis quanto à subvenção econômica à importação de óleo diesel de uso rodoviário e de gás liquefeito de petróleo GLP, de que trata a Medida Provisória nº 1.349/2026, e quanto ao acréscimo da subvenção econômica de que trata o art. 1º-A da Medida Provisória nº 1.340/2026, e define medidas de transparência no mercado de distribuição de combustíveis líquidos, de combustíveis de aviação e de gás liquefeito de petróleo
<u>Decreto nº 12.931, de 15/04/2026.</u>	Regulamenta a Medida Provisória nº 1.349/2026 , para disciplinar a cooperação financeira entre a União, os Estados e o Distrito Federal com vistas a assegurar o abastecimento nacional de óleo diesel de uso rodoviário, no âmbito do Regime Emergencial de Abastecimento Interno de Combustíveis
<u>Portaria Interministerial MDIC/MF nº 171, de 13/04/2026.</u>	Dispõe sobre os critérios de elegibilidade às medidas previstas na Medida Provisória nº 1.345/2026, para fortalecer e modernizar o sistema brasileiro de apoio oficial ao crédito à exportação ; e dá outras providências
<u>Resolução CMN/MF nº 5.292, de 16/04/2026.</u>	Estabelece as condições, os encargos financeiros, os prazos e as demais normas regulamentadoras das linhas de financiamento de que trata a MP nº 1.345/2026.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Instrução Normativa ANVISA/MS nº 438, de 16/04/2026.</u>	Altera a Instrução Normativa nº 28/2018, que estabelece as listas de constituintes, de limites de uso, de alegações e de rotulagem complementar dos suplementos alimentares
<u>Decreto nº 12.942, de 22/04/2026.</u>	Altera o Decreto nº 12.930/2026, para atualizar a data de início do primeiro período de apuração da subvenção econômica ao gás liquefeito de petróleo-GLP importado e para estender o prazo de encaminhamento das informações de transparência pelos distribuidores de combustíveis à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
<u>Portaria COANA/SUANA/RFB/MF nº 188, de 22/04/2026.</u>	Regulamenta a simplificação dos procedimentos de trânsito aduaneiro e estabelece os requisitos para o monitoramento de veículos terrestres e de unidades de carga.
<u>Decreto nº 12.944, de 23/04/2026.</u>	Altera o Decreto nº 12.931/2026, para prorrogar o prazo de adesão dos Estados e do Distrito Federal à cooperação financeira de que trata o art. 2º da Medida Provisória nº 1.349/2026
<u>Portaria SECEX/MDIC nº 485, de 24/04/2026.</u>	Altera a Portaria Secex nº 107/2021, que dispõe sobre o Programa de Certificação da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) no Módulo Complementar do Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado - Programa OEA.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Portaria SECEX/MDIC nº 486, de 24/04/2026.</u>	Altera a Portaria Secex nº 44/2020, que dispõe sobre o regime aduaneiro especial de drawback e altera a Portaria SECEX nº 23/2011 , que dispõe sobre operações de comércio exterior
<u>Portaria SECEX/MDIC nº 487, de 24/04/2026.</u>	Aprova a 6ª Edição do Manual Siscomex Drawback Suspensão e a 3ª Edição do Manual Siscomex Drawback Isenção
<u>Decreto nº 12.948, de 27/04/2026.</u>	Promulga o Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai , firmado em Bento Gonçalves, em 05/12/2019.
<u>Decreto nº 12.949, de 27/04/2026.</u>	Promulga o Acordo sobre Transporte Aéreo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador , firmado em Nova Iorque, em 21/09/2022
<u>Resolução CGSN nº 189, de 23/04/2026.</u>	Altera a Resolução CGSN nº 140/2018, que dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Simples Nacional

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Decreto nº 12.953, de 28/04/2026.</u>	Promulga o Acordo Provisório de Comércio entre a União Europeia, de um lado, e o Mercado Comum do Sul, a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai , de outro, firmado em Assunção, em 17/01/2026
<u>Decreto nº 12.954, de 29/04/2026.</u>	Altera o Decreto nº 11.037/2022, que dispõe sobre o Conselho de Participação em Fundo Garantidor de Operações de Comércio Exterior , e autoriza a integralização de recursos no Fundo Garantidor de Operações de Comércio Exterior.
<u>Decreto nº 12.955, de 29/04/2026.</u>	Regulamenta a Contribuição Social sobre Bens e Serviços – CBS e dá outras providências.
<u>Portaria RFB/MF nº 678, de 29/04/2026.</u>	Institui o Painel Receita no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil .
<u>Medida Provisória nº 1.353, de 30/04/2026.</u>	Altera a Lei nº 14.042/2020, para autorizar a União a aumentar a sua participação no Fundo Garantidor para Investimentos- FGI , e autoriza a destinação de recursos para disponibilizar linhas de financiamento reembolsável a pessoas físicas ou jurídicas de direito privado para aquisição de caminhões, caminhões-tratores, ônibus, micro ônibus ou implementos rodoviários, desde que os veículos atendam a critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Portaria Conjunta MF/CGIBS nº 7, de 30/04/2026.</u>	Formaliza o reconhecimento das disposições comuns à CBS e ao IBS nos respectivos regulamentos
<u>Resolução ANP/MME nº 1.000, de 30/04/2026.</u>	Regulamenta a metodologia de cálculo do preço de referência para a concessão de subvenção econômica à comercialização de óleo diesel, instituída pela MP nº 1.340/2026, e pela MP nº 1.349/2026 , e à importação de gás liquefeito de petróleo (GLP), instituída pela MP nº 1.349/2026
<u>Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 2026.</u>	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 1.340/2026, que autoriza a concessão de subvenção econômica à comercialização de óleo diesel de uso rodoviário no território nacional por produtores e importadores de óleo diesel, dispõe sobre o imposto de exportação sobre óleo diesel e altera a Lei nº 9.847/1999
<u>Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 30, de 2026.</u>	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 1.341/2026, que dispõe sobre o prazo de isenção, redução ou suspensão de tributos previstos nos regimes aduaneiros especiais de drawback no caso de importação de cacau
<u>Resolução CIBES/MCTI nº 44.</u>	Altera a Resolução Cibes nº 40/2025, que dispõe sobre a liberação das exportações e das importações de mercadorias constantes das Listas de Bens Sensíveis sujeitas ao controle administrativo da Comissão Interministerial de Controle de Exportação de Bens Sensíveis- Cibes , realizadas por meio do módulo Licenças, Permissões, Certificados e Outros Documentos - LPCO no Portal Único de Comércio Exterior, para incluir a exigência de registro prévio ao embarque

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Instrução Normativa RFB/MF nº 2.324, de 24/04/2026.</u>	Disciplina a aplicação das hipóteses de suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados de que tratam o art. 5º da Lei nº 9.826/1999, e o art. 29 da Lei nº 10.637/2002
<u>Portaria GM/MDIC nº 121, de 04/05/2026.</u>	Regulamenta o Capítulo III da Medida Provisória nº 1.353/2026 , que autoriza a destinação de recursos para disponibilizar linhas de financiamento reembolsável a pessoas físicas ou jurídicas de direito privado para aquisição de caminhões, caminhões-tratores, ônibus, micro-ônibus ou implementos rodoviários
<u>Resolução CMN/BCB nº 5.300, de 05/05/2026.</u>	Estabelece as condições, os encargos financeiros, os prazos e as demais normas regulamentadoras aplicáveis às linhas de financiamento para aquisição dos itens de que trata o art. 3º da Medida Provisória nº 1.353/2026
<u>Decreto nº 12.958, de 07/05/2026.</u>	Promulga o Acordo sobre Facilitação do Comércio do Mercosul, firmado pela República Federativa do Brasil, pela República Argentina, pela República do Paraguai e pela República Oriental do Uruguai, em Bento Gonçalves, em 05/12/2019
<u>Lei nº 15.404, de 08/05/2026.</u>	Dispõe sobre as definições e características dos produtos derivados de cacau , o percentual mínimo de cacau nos chocolates e a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos, nacionais e importados, comercializados no território Nacional

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 32, de 2026.</u>	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 1.343/2026, que altera a Lei nº 13.703/2018 , para criar a obrigatoriedade de cadastramento da operação de transporte e a geração do Código Identificador da Operação de Transporte - CIOT, e para dispor sobre medidas administrativas para o cumprimento da Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas.
<u>Medida Provisória nº 1.357, de 12/05/2026.</u>	Altera o Decreto-Lei nº 1.804/1980 , que dispõe sobre tributação simplificada das remessas postais internacionais.
<u>Portaria MF nº 1.342, de 12/05/2026.</u>	Altera a Portaria MF nº 156/1999 , que estabelece requisitos e condições para a aplicação do Regime de Tributação Simplificada instituído pelo Decreto-Lei nº 1.804/1980
<u>Portaria SECEX/MDIC nº 496, de 13/05/2026.</u>	Altera a Portaria SECEX nº 249/2023, para dar nova redação ao Anexo X - Certificado de Origem ao Amparo do Acordo Provisório de Comércio entre Mercosul e União Europeia
<u>Portaria COANA/SUANA/RFB/MF nº 192, de 13/05/2026.</u>	Disciplina o trânsito simplificado entre Unidades Aduaneiras de despacho e o porto de saída de carga expressa em procedimento de devolução ao exterior , via modal marítimo

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Portaria COANA/SUANA/RFB/MF nº 193, de 13/05/2026.</u>	Dispõe sobre o monitoramento das empresas certificadas no Programa Remessa Conforme (PRC) e altera a Portaria COANA nº 130/2023, que dispõe sobre o Programa Remessa Conforme (PRC)
<u>Medida Provisória nº 1.358, de 13/05/2026.</u>	Autoriza a concessão de subvenção econômica aos produtores e importadores de combustíveis derivados de petróleo, com o objetivo de mitigar os impactos econômicos causados pelo choque no mercado internacional de energia decorrente do conflito no Oriente Médio, e altera MP nº 1.355/2026.
<u>Decreto nº 12.974, de 14/05/2026.</u>	Altera o Decreto nº 12.930/2026, que regulamenta o Regime Emergencial de Abastecimento Interno de Combustíveis quanto à subvenção econômica à importação de óleo diesel de uso rodoviário e de gás liquefeito de petróleo – GLP, de que trata a MP nº 1.349/2026, e quanto ao acréscimo da subvenção econômica de que trata o art. 1º-A da MP nº 1.340/2026, e define medidas de transparência no mercado de distribuição de combustíveis líquidos, de combustíveis de aviação e de gás liquefeito de petróleo
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 898, de 15/05/2026.</u>	Altera a Lista de Autopeças Não Produzidas constante da Resolução GECEX nº 284/2021
<u>Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 35, de 2026.</u>	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 1.345/2026, que altera a Lei nº 9.818/1999, e a Lei nº 12.712/2012, para fortalecer e modernizar o sistema brasileiro de apoio oficial ao crédito à exportação

SOLUÇÕES DE CONSULTA



LEGISLAÇÃO	RESUMO
<p><u>Solução de Consulta COSIT/RFB/MF nº 41, de 16/03/2026.</u></p>	<p>Informa que incide contribuição social previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de diária por dias parados efetuados a transportador autônomo de cargas, cuja base de cálculo corresponde a 20% (vinte por cento) do valor pago a esse título.</p>
<p><u>Solução de Consulta COSIT/RFB/MF nº 45, de 16/03/2026.</u></p>	<p>Informa que para importadoras optantes pelo Simples Nacional: (i) na importação por conta e ordem, a receita bruta corresponde apenas ao preço do serviço de intermediação prestado à adquirente; e (ii) na importação por encomenda, a receita bruta corresponde ao valor total da venda das mercadorias importadas para a encomendante.</p>
<p><u>Solução de Consulta COSIT/SUTRI/RFB/MF nº 38, de 13/03/2026.</u></p>	<p>Informa que o enquadramento de mercadoria importada em determinado destaque de Ex-tarifário deve seguir interpretação restritiva e literal do dispositivo que instituiu o benefício, por força do art. 114 do Regulamento Aduaneiro, combinado com o art. 111, II, do Código Tributário Nacional, tendo em vista o benefício de redução da alíquota do Imposto de Importação. Para aproveitamento do benefício, é necessário que todas as características da mercadoria se adequem perfeitamente às especificações descritas no referido destaque, inclusive as relativas às dimensões das peças.</p>

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<p><u>Solução de Consulta COSIT/SUTRI/RFB/MF nº 46, de 17/03/2026.</u></p>	<p>Informa que por se tratar de imposição legal para o exercício da atividade de transporte rodoviário de cargas, a Tarifa de Utilização da Via - TUV, inafastável custo incorrido para a obtenção da Autorização Especial de Trânsito, subsome-se ao conceito de insumo para fins de creditamento na sistemática da não cumulatividade da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, em razão do critério da relevância</p>
<p><u>Solução de Consulta DISIT/SRRF/10ªRF nº 10.002, de 19/03/2026.</u></p>	<p>Informa que bens adquiridos pelo viajante no exterior para utilização no Brasil, porém não destinados ao seu uso ou consumo pessoal durante a viagem, ainda que pela sua quantidade, natureza ou variedade, não permitirem presumir importação com fins comerciais ou industriais, não se enquadram no conceito de bens de uso ou consumo pessoal para fins de fruição da isenção de caráter geral.</p>
<p><u>Solução de Consulta COSIT/SUTRI/RFB/MF nº 47, de 19/03/2026.</u></p>	<p>Informa que não há base legal para que se promova em recinto alfandegado de ZPE o desembaraço aduaneiro de mercadoria importada por empresa não beneficiária do regime jurídico de ZPE, ainda que instalada na área da ZPE.</p>
<p><u>Soluções de Consultas CECLAM/COSIT/SUTRI/RFB/MF nºs: 98.075 e 98.076, de 05/03/2026; 98.080 e 98.081, de 11/03/2026; 98.083 a 98.085, de 12/03/2026</u></p>	<p>Têm por objeto classificação fiscal de mercadorias na TIPI e na TEC (códigos NCM 2008.11.00, 1602.49.00, 8501.52.90, 8714.10.00 e 7320.20.10)</p>

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Soluções de Consultas COSIT/SUTRI/RFB/MF nºs: 98.097 a 98.107, de 24/03/2026.</u>	Têm por objeto classificação fiscal de mercadorias na TIPI e na TEC (códigos NCM 8471.90.14, 8419.81.90, 8524.99.00, 8536.50.90, 8543.20.00, 8517.62.59, 8483.90.00, 8501.53.10, 8414.60.00 e 8516.50.00).
<u>Solução de Consulta DISIT/SRRF/6ªRF nº 6.009, de 07/04/2026.</u>	Informa que desde que atendidos os requisitos da legislação de regência, até 30/04/2022, os produtos que, em 07/04/2008, estavam classificados no código 9018.32.19 da Tipi/2006 faziam jus à redução da alíquota da Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins prevista no art. 1º, inciso III, do Decreto nº 6.426/2008, pois esse código constava da redação do Anexo III do referido Decreto aplicável nesse período (redação original) . A partir de 01/05/2022, os produtos classificados no código 9018.32.13 da Tipi/2022 (inclusive os anteriormente classificados no código 9018.32.19 da Tipi/2006) não fazem jus à redução da alíquota da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins prevista no art. 1º, inciso III, do Decreto nº 6.426/2008, pois não constam da redação do Anexo III do referido Decreto aplicável desde essa data (redação dada pelo Decreto nº 10.933/2022
<u>Solução de Consulta DISIT/SRRF/4ªRF nº 4.009, de 10/04/2026.</u>	Informa que a alíquota zero da Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins prevista no art. 1º, inciso III, da Lei nº 10.925/2004 , aplica-se, em tese, à receita bruta de venda, no mercado interno, de mudas destinadas à semeadura e plantio, desde que a mercadoria efetivamente se qualifique como muda, em conformidade com a Lei nº 10.711/2003, com o Decreto nº 10.586/2020 (sic), e com as normas complementares expedidas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária

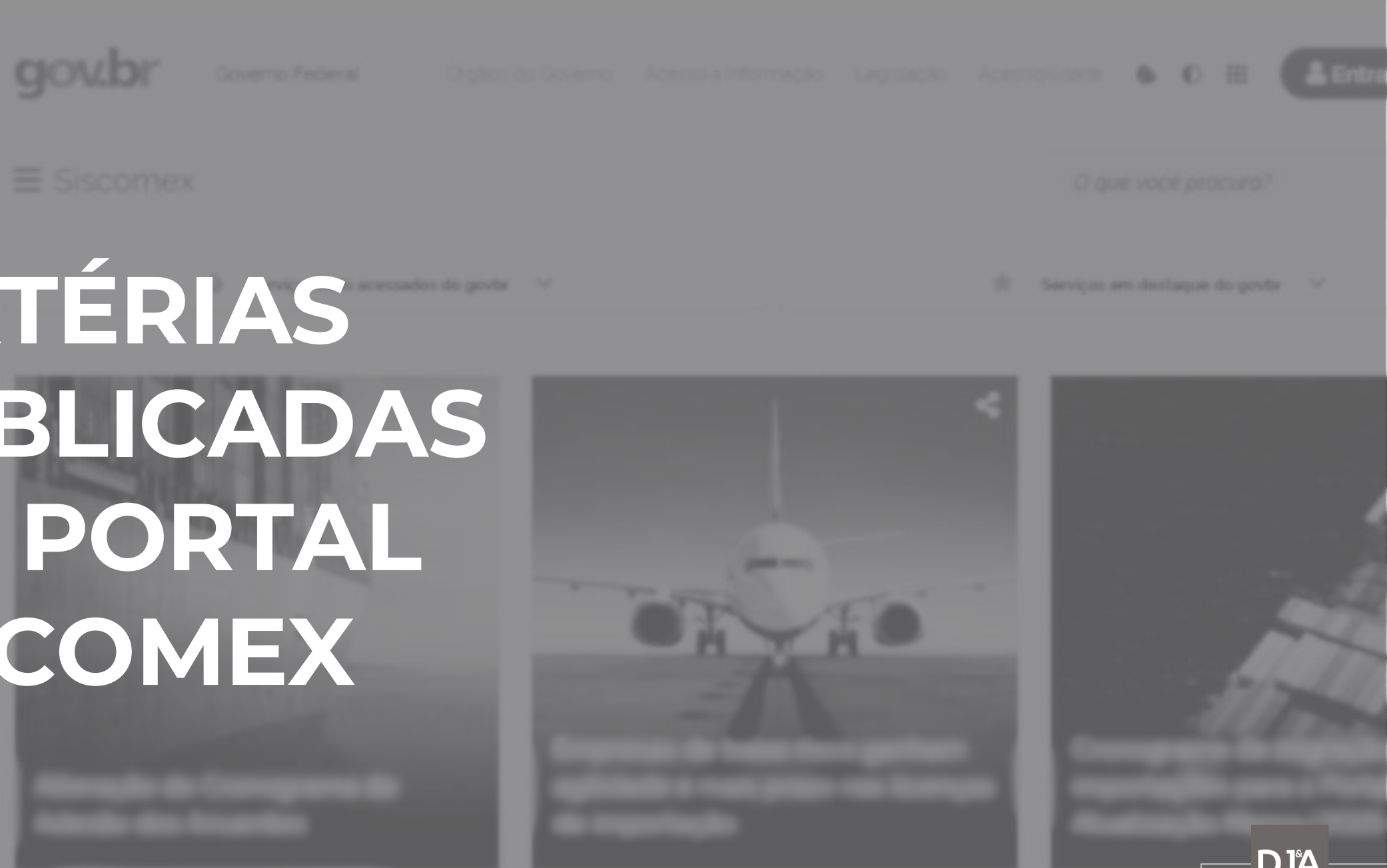
LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Soluções de Consultas CECLAM/COSIT/SUTRI/RFB/M F n°s: 98.120, 98.122 e 98.125, de 14/04/2026.</u>	Têm por objeto classificação fiscal de mercadorias na TIPI e na TEC (códigos NCM 3905.29.00, 1905.90.90 e 3305.90.00)
<u>Solução de Consulta DISIT/SRRF/2ªRF n° 2.001, de 13/04/2026.</u>	Informa que as Contribuições para o PIS/Pasep-Importação e Cofins-Importação incidem sobre importações que se subsumam a suas hipóteses de incidência no âmbito de contratos envolvendo serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes , serviços tecnológicos, serviços de montagem e certificação de parque eólico por empresas do mesmo grupo econômico (subsidiária integral).
<u>Soluções de Consultas CECLAM/COSIT/SUTRI/RFB/M F n°s: 98.108 a 98.112, de 09/04/2026; 98.113 a 98.115, de 13/04/2026; 98.121, 98.123, 98.124 e 98.126, de 14/04/2026; 98.127 a 98.129, de 15/04/2026; 98.130 a 98.133, de 16/04/2026.</u>	Têm por objeto classificação fiscal de mercadorias na TIPI (códigos NCM 8414.60.00, 9401.79.00, 8517.62.62, 9506.91.00, 8509.80.90, 3921.12.00, 8516.60.00, 8205.59.00, 8436.80.00, 1901.20.90, 8516.50.00 e 8443.99.90)

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Solução de Consulta SUTRI/RFB/MF nº 60, de 16/04/2026.</u>	Informa que o controle administrativo exercido pelos órgãos anuentes nas operações de comércio exterior não se confunde com o controle aduaneiro exercido exclusivamente pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil , que se estende desde o registro da declaração de exportação até a conclusão da revisão aduaneira, a qual deverá estar finalizada no prazo de cinco anos contados da data do registro da declaração de exportação correspondente.
<u>Solução de Consulta SUTRI/RFB/MF nº 62, de 22/04/2026.</u>	Informa que o fabricante está obrigado a rotular ou marcar, com as indicações previstas nos incisos I a V do art. 273 do Decreto nº 7.212/2010 (Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados - Ripi/2010), os produtos que industrializa e os volumes que os acondicionem, antes de sua saída do estabelecimento industrial, observados os demais requisitos estabelecidos pela legislação de regência do imposto. As embalagens utilizadas no processo produtivo, ainda que importadas, não estão sujeitas, por si só, às exigências de rotulagem e marcação previstas na legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI , uma vez que não são elas que constituem o produto final que sairá do estabelecimento industrial.
<u>Solução de Consulta DISIT/SRRF/7ªRF nº 7.002, de 12/03/2026.</u>	Informa que bens adquiridos pelo viajante no exterior para utilização no Brasil, porém não destinados ao seu uso ou consumo pessoal durante a viagem, ainda que pela sua quantidade, natureza ou variedade, não permitirem presumir importação com fins comerciais ou industriais, não se enquadram no conceito de bens de uso ou consumo pessoal para fins de fruição da isenção de caráter geral.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<p><u>Solução de Consulta nº 70, de 23/04/2026, da COSIT/SUTRI/RFB/MF.</u></p>	<p>Informa que o peso líquido a ser informado na Declaração Única de Exportação- DU-E corresponde ao peso líquido do volume adicionado ao peso de sua embalagem de apresentação comercial e acessórios, quando houver.</p>
<p><u>Solução de Consulta DISIT/SRRF/4ªRF nº 4.016, de 29/04/2026.</u></p>	<p>Informa que em razão do entendimento proferido pelo Supremo Tribunal Federal na ADI nº 4.735/DF e no RE nº 759.244/SP, este em sede de repercussão geral, a imunidade tributária prevista no art. 149, § 2º, inciso I, da Constituição, alcança inclusive a contribuição previdenciária de que trata o art. 22-A da Lei nº 8.212/1991, relativamente às exportações da agroindústria, ainda que realizadas por intermédio de empresa comercial exportadora ou trading company. Nada obstante, por se tratar de hipótese distinta, que não foi apreciada pela Corte, tal entendimento não se aplica à contribuição previdenciária incidente, nos termos do art. 25 da Lei nº 8.212/1991, sobre a comercialização da produção rural de produtores rurais pessoas físicas, no mercado interno, destinada a empresa cerealista, ainda que esta venha a realizar exportação ulterior, diretamente ou através de empresa comercial exportadora ou trading company.</p>

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<p><u>Soluções de Consultas CECLAM/COSIT/SUTRI/RF B/MF nºs: 98.116 a 98.119, de 13/04/2026; 98.134, de 22/04/2026; 98.135 a 98.141, de 23/04/2026; 98.142 a 98.144, de 27/04/2026; 98.145, de 28/04/2026; 98.149 a 98.152, de 29/04/2026.</u></p>	<p>Têm por objeto classificação fiscal de mercadorias na TIPI e na TEC (códigos NCM 1905.31.00, 1005.90.90, 3919.90.90, 2934.10.90, 3808.94.29, 1901.90.90, 3824.99.39, 2915.90.49, 9018.90.10, 3402.90.29, 7020.00.90, 8501.10.21, 3001.90.20, 8421.29.90, 3206.19.90, 8806.94.00 e 8708.70.90).15.</p>

MATÉRIAS PUBLICADAS NO PORTAL SISCOMEX



LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Importação nº 019/2026.</u>	Comunica que a partir de 20/03/2026 serão promovidas alterações no tratamento administrativo aplicado às importações dos produtos classificados nos subitens da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) que relaciona, sujeitos à anuência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
<u>Importação nº 020/2026.</u>	Com base em decisão da Comissão Gestora do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) , comunica a atualização do cronograma de desligamento da Declaração de Importação (DI), disponível no link https://www.gov.br/siscomex/pt-br/programa-portal-unico/cronograma-de-desligamento-li-di , no qual também é possível consultar o histórico de alterações do documento.
<u>Importação nº 021/2026.</u>	Comunica que a partir de 23/03/2026 serão promovidas alterações no tratamento administrativo aplicado às importações dos produtos classificados no subitem da Nomenclatura Comum do Mercosul que relaciona, sujeitos à anuência da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército (DFPC).
<u>Importação nº 022/2026.</u>	Comunica que serão realizadas alterações nos produtos controlados pelo Exército e sujeitos à anuência da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército (DFPC), como especifica

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Importação nº 023/2026.</u>	Em consequência da alteração da NCM promovida pela Resolução Gecex nº 812/2025 , e considerando a necessidade de alterações nos atributos como parte do processo contínuo de revisão e harmonização das informações necessárias ao cumprimento das obrigações legais pelos órgãos anuentes , informa a realização de ajustes nos tratamentos administrativos e nos atributos referentes às importações dos produtos classificados nos subitens da NCM que relaciona, sujeitos à anuência do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro.
<u>Exportação nº 013/2026.</u>	Comunica que a partir de 27/04/2026 os modelos de LPCO "Certificação Fitossanitária de Produtos de Origem Vegetal - SHIVA" (TA E0239, modelo E00144) e “Comércio Fronteiriço e Remessa Expressa (DRE) - Certificação Fitossanitária de Prod.de Orig. Vegetal” (TA E0240, modelo E00145) do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA serão alterados conforme especifica.
<u>Importação nº 024/2026.</u>	Comunica que a partir de 13/04/2026 serão realizados ajustes nos atributos e modelos de LPCO do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA.
<u>Importação nº 025/2026.</u>	Informa que, em decorrência da edição da Lei Complementar nº 224/2025 e da Instrução Normativa RFB nº 2.305/2026 , houve alteração na sistemática de apuração do Pis-Importação e da Cofins-Importação, com vigência a partir de 1º de abril de 2026.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Importação nº 026/2026.</u>	Comunica que, a partir de 14 de abril de 2026, será promovida alteração nos atributos solicitados no módulo Catálogo de Produtos para os produtos classificados na posição NCM 8711.
<u>Sistemas nº 001/2026.</u>	Comunica a realização de parada programada de sistemas de comércio exterior no dia 15/04/2026 de 01h00 às 05h00 , e impactará diversos sistemas.
<u>Importação nº 027/2026.</u>	Comunica que a partir de 25/04/2026 serão promovidas alterações no Tratamento Administrativo aplicado às importações de produtos classificados nos subitens da NCM que relaciona, sujeitos à anuência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
<u>Importação nº 028/2026.</u>	Comunica que serão realizados ajustes nos atributos do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA para os códigos NCM que relaciona.
<u>Importação nº 029/2026.</u>	Comunica a realização de ajustes nos atributos do Catálogo de Produtos, os quais têm efeito no ambiente de Produção do Portal Único Siscomex nas datas indicadas na planilha disponível neste link (coluna “Data de implementação”) . As alterações nos atributos são decorrentes do processo contínuo de revisão e harmonização das informações, bem como da necessidade de informação para os órgãos anuentes e demais intervenientes no comércio exterior

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Importação nº 030/2026.</u>	Informa que foi publicada a Nota Coana nº 030/2026, de 11 de março de 2026. A Nota esclarece, no âmbito do Repetro-Temporário, que embarcações e plataformas de petróleo e gás podem ter a aplicação do regime extinta mediante transferência para o regime de admissão temporária com suspensão total do pagamento de tributos, nos termos da legislação específica. Esclarece, ainda, que essa transferência extingue o Repetro-Temporário e inicia novo regime, com prazos e obrigações próprios. A Nota também informa que, uma vez submetido ao novo regime, o bem poderá permanecer atracado ou fundeado em local não alfandegado pelo prazo previsto na IN RFB nº 1.600/2015, devendo, até o termo final, ser adotada uma das providências de extinção ali previstas. Além disso, esclarece que o valor aduaneiro a ser considerado dependerá da hipótese concreta: em regra, aplica-se a valoração do bem usado no estado em que se encontra; havendo venda para exportação para o País, ao despacho para consumo poderá ser aplicável o método do valor de transação.
<u>Sistemas nº 003/2026.</u>	Comunica a realização de parada programada de sistemas de comércio exterior no dia 28/04/2026, de 01:00 até 05:00, que impactará todos os serviços do Siscomex e todos os módulos do Portal Único de Comércio Exterior, que ficarão indisponíveis.
<u>Importação nº 032/2026.</u>	Comunica que na data de 27/04/2026, foi disponibilizada a alteração no atributo “Categoria Regulatória – Anvisa” (ATT_14545), solicitado no módulo Catálogo de Produtos do Portal Siscomex.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Importação nº 033/2026.</u>	Em razão do processo de evolução tecnológica do Portal Único Siscomex , informa que, nas situações que especifica, permanece autorizado o registro de Declaração de Importação (DI) , em caráter excepcional
<u>Importação nº 035/2026.</u>	Informa que, a partir de 01/05/2026, entra em vigor o Acordo Provisório de Comércio entre o Mercosul e a União Europeia, nos termos do Decreto nº 12.953/2026
<u>Importação nº 034/2026.</u>	Comunica que a partir de 07/05/2026 serão promovidas alterações nos tratamentos administrativos e atributos referentes às importações dos produtos classificados no subitem 87120010 (Bicicletas) da Nomenclatura Comum do Mercosul, sujeitos à anuência do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro.
<u>Exportação nº 015/2026.</u>	Comunica que, a partir de 01/05/2026, estão disponíveis os seguintes modelos de licença de exportação no Módulo Licenças, Permissões, Certificados e Outros Documentos (LPCO) do Portal Único Siscomex, em consequência da edição da Portaria Secex nº 492/2026 , que estabelece critérios para alocação de cotas para exportação determinadas pelo Acordo Provisório de Comércio entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e seus Estados Partes, de um lado, e a União Europeia (UE), de outro, assinado em Assunção, Paraguai, em 17/01/2026.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Sistemas nº 004/2026.</u>	Comunica atualizações de serviços do Catálogo de Produtos (CATP) , que também estão disponíveis na documentação técnica de API do Portal Único Siscomex .
<u>Importação nº 037/2026.</u>	Comunica que a partir de 11/05/2026 serão promovidas alterações nos atributos e nos tratamentos administrativos aplicados às importações sujeitas ao controle do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro
<u>Importação nº 036/2026.</u>	Comunica que a partir de 01/06/2026 serão promovidas alterações nos tratamentos administrativos e nos atributos referentes às importações dos produtos classificados nos subitens da Nomenclatura Comum do Mercosul que relaciona, sujeitos à anuência do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro .
<u>Sistemas nº 005/2026.</u>	Comunica que alguns declarantes de mercadorias que realizaram importações em valores superiores a US\$ 150 mil dólares estão enfrentando impedimentos para o registro da DUIMP em razão da ausência da modalidade de habilitação Ilimitada em seu cadastro, conforme o previsto no art. 16, III da IN RFB nº 1.984/2020 . Nesse contexto, orienta, para os casos em que se aplica, que seja realizada a Revisão da Estimativa por meio do Portal Único Siscomex > Habilitar/Cadastrar > Cadastro de Intervenientes > Habilitação > Revisar Habilitação, nos termos do art. 29 da IN RFB nº 1.984/2020. Na eventual impossibilidade de efetivar-se a revisão de forma automatizada, a Revisão da Estimativa pode ser formalizada por meio de processo digital, nos termos do art. 30 da referida IN. Ressalta que a correta definição da modalidade de habilitação é requisito essencial para a realização das operações de importação no âmbito da DUIMP.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Importação nº 038/2026.</u>	Informa que desde 04 de maio de 2026, as importações registradas por meio da Declaração Única de Importação (Duimp) no modal marítimo poderão ter a revelação do canal de conferência realizada ainda sobre águas também nas unidades aduaneiras do estado de São Paulo.
<u>Importação nº 039/2026.</u>	Comunica que, a partir de 22 de maio de 2026, para as importações dos produtos que relaciona será requerido o LPCO de “Importação de organismos aquáticos para aquicultura” (TA I1188, modelo I00188) que estará sujeito à anuência prévia do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) , caso o produto a ser importado seja “Organismo aquático vivo para aquicultura” (ATT_16780).
<u>Importação nº 041/2026.</u>	Informa que, por limitações legais e de sistema, os itens de uma mesma Duimp deverão ser do mesmo grupo de Incoterm.
<u>Importação nº 040/2026.</u>	Informa que, desde 06/05/2026, o fundamento legal 1097 foi desativado no Portal Único Siscomex. Para importações de autopeças destinadas à produção de máquinas agrícolas e rodoviárias, deve-se utilizar o fundamento legal que especifica.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Importação nº 044/2026.</u>	Comunica que, no momento, não é possível realizar o registro da nacionalização de mercadoria anteriormente admitida no regime de admissão temporária automática por meio da Declaração Única de Importação (Duimp) , tais como unidades de carga, seus acessórios e equipamentos, embalagens retornáveis, entre outros. Dessa forma, as operações de nacionalização nessas condições devem ser registradas obrigatoriamente por meio de Declaração de Importação (DI) vinculada a processo, até que seja disponibilizada funcionalidade específica no Novo Processo de Importação (NPI).
<u>Importação nº 043/2026.</u>	Comunica a realização de ajustes nos atributos do Catálogo de Produtos, os quais têm efeito no ambiente de Produção do Portal Único Siscomex nas datas indicadas na planilha disponível neste link (coluna “Data de implementação”).
<u>Importação nº 042/2026.</u>	Comunica que a partir de 28/05/2026 serão promovidas alterações nos tratamentos administrativos referentes às importações dos produtos classificados nos subitens da Nomenclatura Comum do Mercosul abaixo relacionados, sujeitos à anuência da Polícia Federal.
<u>Exportação nº 016/2026.</u>	Comunica que a partir de 28/05/2026 será promovida alteração nos atributos e tratamentos administrativos referentes às exportações dos produtos classificados nos subitens da Nomenclatura Comum do Mercosul sujeitos à anuência da Polícia Federal.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<p><u>Importação nº 045/2026.</u></p>	<p>Considerando que o Sistema de Internação da Zona Franca de Manaus não permite a indicação da DUIMP como documento de origem na DCRE, em razão de limitação sistêmica, e que a IN SRF nº 17/2001 em seu Art. 3º, § 2 admite o uso da nota fiscal quando a declaração de importação não puder ser utilizada, fica estabelecido, em caráter excepcional e transitório, que: Nos casos em que o insumo tenha sido nacionalizado por DUIMP e seja inviável sua indicação na DCRE, admite-se o uso da Nota Fiscal de entrada do insumo para fins de registro, nos termos do disposto na IN SRF nº 17, Art. 3º, § 2 e inciso I, alínea "a", desde que a DUIMP esteja regularmente desembaraçada e a Nota Fiscal seja subsequente e regularmente escriturada. A presente orientação aplica-se exclusivamente ao controle da internação, não substituindo a DUIMP para fins aduaneiros, e vigorará enquanto persistir a limitação técnica do Sistema Internação</p>



CONTATOS

Av. José Bonifácio Coutinho Nogueira, 214,
salas 245, 247 e 249

Condomínio Spot Galleria | Bairro Vila Madalena |
Campinas - SP | CEP 013091-611

+ 55 (19) 3342-3900



/djaadv



DJA | Diego
Joaquim &
Advogados



diegojoaquimeadvogados

dja.adv.br

